

1 **Ata da reunião realizada aos vinte cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e**
2 **vinte e um, com início às nove horas e quarenta minutos,** nas dependências do Auditório
3 da Secretaria Municipal de Educação de Santos, doravante SEDUC, situada a Praça dos
4 Andradas, nº 37, Centro. A pauta da reunião versou sobre: Desenvolvimento Sustentável X
5 Plano de trabalho, para atingir as metas das Estratégias Objetivos do Desenvolvimento
6 Sustentável, doravante EODS, até 2030 e entrelaçamento com os planos da Educação. A
7 reunião foi realizada com a Senhora Secretária Municipal de Educação, Cristina Barletta, suas
8 chefias de departamentos, coordenadorias e seções. Pela articulação e coordenação do
9 COMITÊ MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E
10 ORIENTAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OTIMIZAÇÃO
11 DOS 231 INDICADORES QUE MEDIRÃO O PROGRESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS 17
12 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) ATÉ 2030, doravante Comitê
13 ODS, as Senhoras Suzete Faustina dos Santos e Fabiana Valério de Ornelas Almeida e os
14 Senhores Fábio Tatsumi Maeshiro – Fábio Tatsubo e Renato Figueiredo. Iniciando a reunião,
15 a Senhora Maria Helena Marques, perguntou a partir de qual secretaria os ODS, estavam
16 sendo regidos: a partir da Secretaria Municipal de Governo, doravante SEGOV, da Ouvidoria,
17 doravante OTC ou de outra Secretaria? A Senhora Suzete Faustina dos Santos, em
18 explicação ao solicitado, informou que a SEGOV e a OTC eram os responsáveis pela
19 articulação e coordenação dos assuntos referentes aos EODS. Porém, como constituía-se
20 num plano de Gestão e todas as secretarias perpassam pela SEGOV, a mesma tem a
21 incumbência de subsidiar, acompanhando, monitorando, avaliando e orientando juntamente
22 com a OTC, o desenvolvimento das ações referentes as mesmas, da qual o município é
23 signatário desde dois mil e dezessete, em todas as secretarias e autarquias. Informando
24 também que, o Fundo Social de Solidariedade (FSS), Caixa de Assistência à Saúde do
25 Servidor Público Municipal de Santos (CAPEP Saúde), Fundação Arquivo e Memória de
26 Santos (FAMS), Progresso e Desenvolvimento de Santos (PRODESAN) e o Instituto de
27 Previdência Social dos Servidores Municipais de Santos (IPREV), eram os únicos órgãos do
28 município que não estavam inseridos no comitê e passarão a fazer parte, a partir deste ano.
29 Sendo assim, todos os órgãos do governo foram inseridos no Programa EODS, bem como no
30 PCS. Na sequência fez uma apresentação dos integrantes da articulação e coordenação do
31 comitê e um breve histórico sobre o que seria os ODS, a proposta de trabalho do município
32 de Santos. Informou sobre a reunião com o senhor Rafael Oliva, assessor direto do Senhor
33 Prefeito Rogério Santos, que reafirmou a importância das ações do Comitê para, inclusive,
34 reorganizar o Plano de Governo, se necessário for, no que tange ao exposto. Que já passamos
35 por algumas etapas a saber: reorganização do decreto de dois mil e dezessete, reunião com
36 os representantes indicado por secretarias e autarquias, inclusão de todos os órgãos da
37 gestão nas EODS, elaboração do plano de ação para os indicadores em vermelho. Que a
38 preocupação maior do comitê é o conhecimento e envolvimento de todos, não importando
39 cargo/ocupação, no olhar direcionado para o alcance das metas previstas; que chegamos num
40 momento em que a participação efetiva dos secretários se fazia mais que necessária, pois a
41 elaboração do plano depende muito do saber e objetivos internos da secretaria que estão à
42 frente e que a “responsabilidade” não pode ser creditada aos representantes indicados, pois
43 eles devem refletir o todo da organização que representam e isso só é conseguido através da
44 interação entre os envolvidos. Informou que a ideia inicial, era fazermos o movimento
45 contrário: primeiro os secretários e depois a séries de reuniões ocorridas aos longos do mês
46 de setembro. Mas alguns fatores fizeram-nos inverter os fatos, mas agora, novamente,
47 chegamos mais uma vez ao momento “secretários” e que esse chamamento conjunto aos
48 mesmos, vai ser feito por parte do prefeito e/ou vice-prefeita. Corroborando a fala inicial da
49 Secretaria Adjunta Heleninha, que informalmente aproveitou a presença de todos e falou da
50 necessidade de integração dos Planos de Ensino nos diferentes níveis e relacioná-los as
51 EODS, a Senhora Suzete falou da extrema importância da Secretária da Educação presente

52 à reunião, a exemplo do que também aconteceu na Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM),
53 em setembro, com a presença do Senhor Márcio Paulo, pois além de facilitar o diálogo entre
54 todos, demonstra a integração da secretaria em torno do objetivo que está sendo proposto.
55 Falou um pouco sobre diagnóstico de Santos, fontes de extração, dúvidas em relação a alguns
56 indicadores e os procedimentos que estavam sendo adotados junto aos responsáveis pelo
57 Programa EODS, no sentido de dirimir as dúvidas e apresentar determinadas especificidades
58 da cidade de Santos. E desta compreensão, acreditamos, poder melhorar a classificação do
59 município, que hoje é 21º/770 cidades. A Senhora Fabiana Riveiro, Chefe do Departamento
60 Pedagógico, doravante DEPED, ressaltou o fato que na reunião ocorrida em maio, a cidade
61 ser colocada como não atender a demanda de matrícula escolar de quatro a seis anos. Que
62 isso era totalmente irreal, ainda mais que há uma obrigatoriedade deste atendimento dentro
63 da Leis Federais de Educação. Em resposta a este fato, foi dito que os membros dos EODS
64 eram bem acessíveis e na época pediram para que fosse justificado algumas singularidades
65 locais, visto que os planos não abordam situações específicas por cidades e sim um
66 documento geral tomando por base o que está preconizado nas “leis mores” existentes, mas
67 que o diálogo estava aberto entre o Comitês ODS local e o membros da rede de fortalecimento
68 EODS. A palavra foi dada ao Senhor Fábio Tatsubo que deixou claro que uma das metas do
69 município, em relação aos EODS, era transformar objetivos e metas previstas no programa,
70 em dados facilmente visualizáveis, inclusive pela população externa, que possibilitassem
71 empreender não só ações imediatas, mas a médio e longo prazos também. Ressaltou a
72 necessidade de fazermos um trabalho intersetorial, objetivando reconhecer as potencialidades
73 locais e de que maneira cada secretaria/órgão poderá contribuir para minimizar questões que
74 reforçam vulnerabilidades territoriais. A necessidade de construir formas de pactuação entre
75 os diversos órgãos, parcerias, não só no desenvolvimento de ações, mas também na
76 captação de recursos de várias fontes, para desenvolvimento das ações, com especial
77 atenção para as situações que necessitem de maiores investimentos, para atingir as metas
78 preconizadas. Observou que é preciso que a fonte um(governo) não seja o único recurso para
79 desenvolver as ações elencadas, mas que deve-se captar os mesmos, através de emendas,
80 parcerias e outras situações que auxiliassem no desenvolvimento de atividades afins.
81 Informou-se que algumas pactuações serão incluídas no Programa de Participação Direta nos
82 Resultados, doravante PDR e que os dados farão parte de uma publicação sobre as ações do
83 Município/Agenda 2030, a ser lançada no início do próximo do ano. O Senhor Fábio ressaltou
84 que fazer e aprofundar análises era essencial e que os dados coletados através dos PCS X
85 EODS, poderiam auxiliar na tomada de decisões para equalizar as várias demandas
86 observadas no município, levando a reflexão: O que, como e com quem podemos trabalhar/
87 realizar ações. Tomou como exemplo, o caso da obesidade infantil. Que já temos índices
88 desfavoráveis e que a tendência, visto este período de pandemia, seria subir para dois mil e
89 vinte dois. Pegou-se a informação do Sistema Único de Saúde, doravante SUS, do quanto
90 custa a obesidade infantil por ano e as doenças a elas relacionadas (hipertensão, diabetes),
91 com a seguinte provocação: Quais as ações e de quem a responsabilidade de executá-las?
92 Será que a saúde sozinha vai resolver o problema? Ação1: Campanhas claras, permanentes
93 e que demonstrem a nossa preocupação com o fato nas mídias. Ação 2: Estímulo constante
94 a alimentação saudável através das escolas. Os índices poderão ser diminuídos e a Saúde
95 empregar verbas resultantes da diminuição dos índices de obesidade em outros serviços,
96 projetos. O senhor Fábio explicou que o envio dos dados e a elaboração conjunta do plano de
97 ação, são atividades muito importantes, pois objetivam maior clareza do que está acontecendo
98 e para onde vamos. Informou que noventa por cento dos indicadores, não foram criados por
99 nós e são resultantes do pacto global. E os outros dez por cento, foram elaborados
100 internamente, no sentido de compreender melhor a dinâmica específica de funcionamento dos
101 vários órgãos governamentais. Falou da relação entre os dados abertos e os índices ODS,
102 citando por exemplo o consumo de água das unidades escolares e sua relação com os

103 indicadores e que o seu acompanhamento permite ter uma clareza do porquê de possíveis
104 oscilações e discrepâncias nos gastos mensais e anuais das diversas unidades de ensino.
105 Um segundo exemplo, foi a quantidade de acidentes e seus modais, para o gerenciamento do
106 CET no trabalho de prevenção e consequente redução de custos junto ao SUS, bem como o
107 número de acidentes com veículos da cidade e de fora da mesma. Explicou que das cidades
108 de SP, com características populacionais, equivalentes à Santos, estamos atrás apenas da
109 cidade de Jundiaí, que ocupa o décimo oitavo lugar e que estarmos na vigésima primeira
110 posição, denota que estamos fazendo o nosso trabalho e que podemos melhorar muito mais
111 a partir desta organização que está sendo proposta. Explicou que, partindo das cores do
112 diagnóstico feito para a cidade, o verde significa que estamos muito bem, o amarelo perto do
113 regular, o laranja regular, o vermelho há grandes desafios. E que era preciso abrir cada
114 bandeira para entender a relação/dado que determina a classificação em relação ao mesmo,
115 pois existe uma correlação intersetorial que precisa ser compreendida, inclusive para a
116 elaboração dos planos de ação. Explicou que a nossa diferença com o PPA de São Paulo é
117 na temporalidade, eles consideram dois mil e vinte, ano nulo em razão da pandemia e na
118 sequência eles vão direto para dois mil e trinta, ou seja, parece não haver uma
119 reanálise/reorganização ano a ano. E na forma de evidenciar as metas, propondo
120 porcentagens, mas sem relacionar ponto de partida e/ou base de cálculo. No caso do plano
121 de Santos as metas a atingir até 2030, serão mensuradas ano a ano, permitindo correções,
122 replanejamentos, em tempo real. Falou da participação no encontro Diálogos Sustentáveis,
123 que envolve os Conselhos. Que os mesmos fizeram suas sugestões na forma textual e tão
124 logo terminemos de compilar dados das secretárias e autarquias, os textos serão
125 transformados em dados de forma a serem medidos e possibilitar melhor compreensão.
126 Abrindo o indicador da Educação, explicou que alguns dados estão diretamente relacionados
127 com a Diretoria Regional de Ensino e que os dados serão solicitados a ela. A Senhora Suzete
128 se colocou à disposição para fazer a interlocução com os agentes públicos estaduais, para a
129 obtenção dos dados faltantes. Enfatizou que, na questão dos indicadores em que
130 questionamos a veracidade em relação ao município de Santos, que precisamos analisá-los
131 de forma pormenorizada e do ponto de vista de duas situações: 1) quando estamos muito mal
132 - podemos não termos lançado os dados corretamente ou lançando-os de forma distorcida. 2)
133 quantos estamos muito bem - passamos por auditoria para verificar a veracidade dos dados.
134 Neste momento, a Senhora Cristina Barletta fez um aparte, solicitando o empenho de todos,
135 não só no fornecimento de dados, mas na socialização geral dos mesmos para todos e que
136 para isso havia espaço aberto nos encontros internos que ocorrem as terças feiras na
137 Secretaria, onde todas as chefias estão reunidas. Falou também da questão do termo
138 acessibilidade e que achava que não deveria ser considerada apenas a questão estrutural,
139 mas também o potencial humano que lida diretamente com os assistidos. O Senhor Fábio
140 ponderou, que é uma situação a ser repensada, mas que, pelo menos por enquanto, o
141 indicador detinha-se ao que está previsto na legislação brasileira sobre acessibilidade:
142 *condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços e*
143 *mobiliários*. Por fim agradeceu a presença do comitê, se colocando à disposição para o que
144 fosse preciso, sendo que os membros do comitê, também se colocaram à disposição. Foi dada
145 a palavra para quem dela quisesse fazer uso e na ausência de manifestos, deu-se por
146 encerrada a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Esta ata, após análise dos
147 presentes, será lavrada e encaminhada ao portal dos conselhos para publicização. Santos, 25
148 de outubro de 2021.

149
150 Suzete Faustina dos Santos
151 Articulação Comitê ODS
152 (Assinado no original)
153

